



Relatório Técnico 00065/2021-9

Protocolo(s): 05274/2021-2

Assunto: Procedimento preliminar de análise de contas

Criação: 09/03/2021 15:56

Origem: NPPREV - Núcleo de Controle Externo de Fiscalização de Pessoal e Previdência

PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL (PREFEITO)

Município	Iconha
Exercício	2019
Vencimento	15/06/2022
Prefeito ¹	João Paganini
Prefeito ²	João Paganini

1. Responsável pelo governo
2. Responsável pelo envio da prestação de contas

RELATOR:

Sérgio Manoel Nader Borges

AUDITOR DE CONTROLE EXTERNO:

Miguel Burnier Ulhôa – Matrícula 203.637



SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	3
2	POLÍTICA PREVIDENCIÁRIA.....	4
2.1	PLANEJAMENTO GOVERNAMENTAL.....	5
2.2	UNIDADE GESTORA ÚNICA	5
3	GESTÃO PREVIDENCIÁRIA	7
3.1	EQUILÍBRIO FINANCEIRO	9
3.1.1	Resultado Orçamentário do Regime de Previdência	9
3.1.2	Resultado Financeiro do Regime de Previdência	10
3.1.3	Aportes para Cobertura de Insuficiência Financeira	10
3.1.4	Acumulação de Reservas para Capitalização do Regime de Previdência....	11
3.1.5	Adimplência de Contribuições Previdenciárias e Parcelamentos	12
3.2	EQUILÍBRIO ATUARIAL	14
3.2.1	Avaliação Atuarial do Exercício	14
3.2.2	Evolução das Avaliações Atuariais	15
3.2.3	Implementação e Efetividade do Plano de Amortização.....	16
4	REGULARIDADE PREVIDENCIÁRIA.....	19
5	CONCLUSÃO E PROPOSTA DE ENCAMINHAMENTO	20



1 INTRODUÇÃO

As contas anuais, objeto de apreciação nos presentes autos, refletem a conduta do Sr. **João Paganini**, no exercício de suas atribuições como prefeito municipal de Iconha, no exercício de 2019.

Compete ao Núcleo de Controle Externo de Previdência e Pessoal – NPPREV a elaboração de relatório técnico específico, manifestando-se acerca de circunstâncias que possam repercutir na apreciação de contas prestadas pelo chefe do Poder Executivo, no que tange à condução da política previdenciária, nos termos previstos pelo art. 9º, §§ 1º e 2º, da Resolução TC 297/2016¹.

Com vistas ao julgamento das contas de governo do Sr. **João Paganini**, as contas ora apresentadas, autuadas neste Tribunal sob o Processo TC-02934/2020-9, foram objeto de análise pelo auditor de controle externo que subscreve o presente Relatório Técnico (RT), cujas constatações apresentam-se analiticamente nele descritas.

A análise das contas em questão teve seu escopo delimitado pela Resolução TC 297/2016, sendo realizada com base na apreciação das peças e demonstrativos encaminhados pelo gestor responsável, pelo respectivo Regime Próprio de Previdência, assim como em informações disponibilizada pela Secretaria de Previdência do Ministério da Economia, abrangendo a gestão da política previdenciária do ente federativo.

Considerando o resultado da análise do processo sob apreciação, tem-se a evidenciar o que segue:

¹ Art. 9º A instrução dos processos de tomada ou prestação de contas apresentadas pelos ordenadores de despesas e administradores dos regimes próprios de previdência municipal e estadual, observará o seguinte escopo:

(...)

§ 1º Serão consideradas nas contas de governo as irregularidades ou impropriedades identificadas na instrução dos processos de que trata o caput deste artigo que possam repercutir na apreciação das contas prestadas pelo chefe do Poder Executivo; (Parágrafo incluído pela Resolução 320/2018, DOELTCEES 26.9.2018)

§ 2º Para os fins do disposto no § 1º, a unidade técnica responsável pela instrução dos processos de prestação de contas dos regimes próprios de previdência elaborará o relatório técnico específico que subsidiará a análise das contas de governo. (Parágrafo incluído pela Resolução 320/2018, DOELTCEES 26.9.2018)



2 POLÍTICA PREVIDENCIÁRIA

O modelo brasileiro de Seguridade Social é composto por três pilares (Saúde, Assistência Social e Previdência Social) que visam conceder garantias mínimas aos cidadãos que se encontrarem impossibilitados temporariamente ou permanentemente de prover o seu próprio sustento.

O sistema brasileiro de previdência social é dividido em três regimes previdenciários (Regime Geral de Previdência Social, Regime Próprio de Previdência dos Servidores e Previdência Privada Complementar) cujas características básicas encontram-se apresentadas no Quadro a seguir.

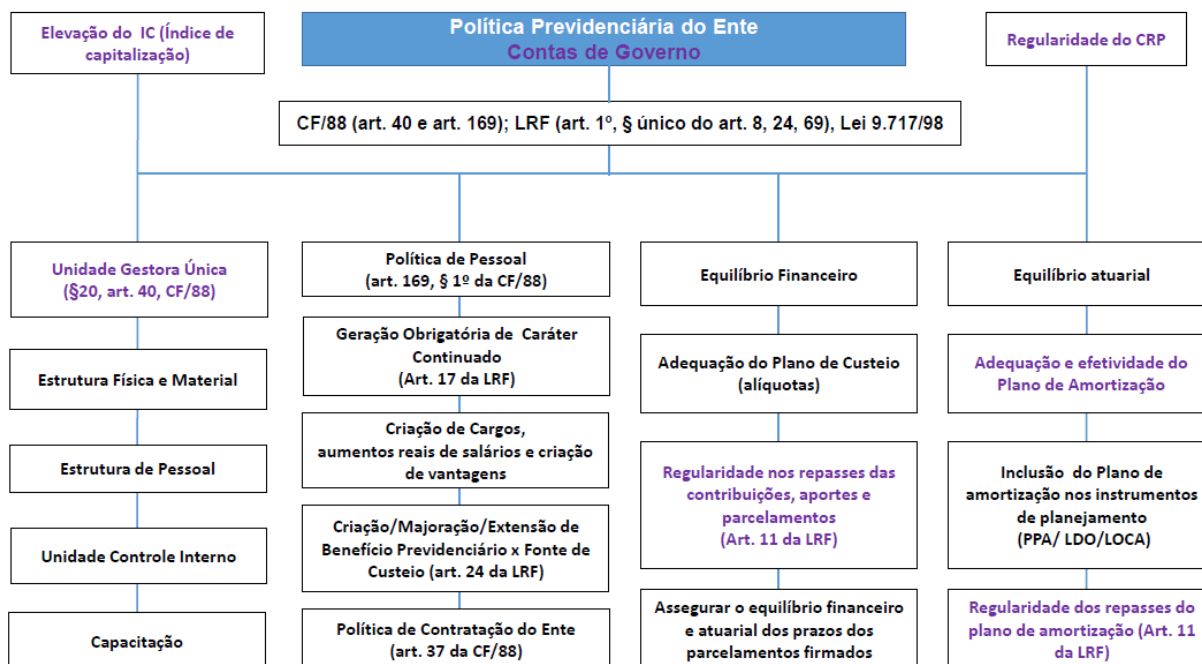
Quadro 1) Pilares do Sistema Previdenciário Brasileiro

CARACTERÍSTICAS BÁSICAS	REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL – RGPS	REGIMES PRÓPRIOS DE PREVIDÊNCIA SOCIAL – RPPS	REGIME DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR – RPPC
Segurados	Trabalhadores do setor privado e servidores públicos não vinculados a RPPS	Servidores públicos	Todos os trabalhadores
Filiação	Compulsório	Compulsório	Facultativo
Natureza	Sistema público	Sistema público	Sistema privado
Gestão	INSS / Receita Federal do Brasil	Entes federativos (União, Estados, Distrito Federal e Municípios)	Entidades privadas de previdência complementar (fechadas ou abertas)
Proteção	Benefícios limitados ao teto	Benefícios podem ou não ser limitados ao teto	Benefícios complementares
Fundamento constitucional	Artigo 201 da CF	Art. 40 da CF	Art. 202 da CF
Fundamento legal	Leis 8.212 e 8.213/1991	Lei 9.717/1998 e leis de cada ente	LC 108 e 109/2001

Fonte: MOTTA, Leonardo da Silva. Normas Gerais dos Regimes Próprios de Previdência Social – RPPS. Secretaria de Previdência/Ministério da Fazenda

Verifica-se a adoção de Regime Próprio de Previdência Social no município de Iconha, instituído por meio da Lei Municipal 34, de 31 de janeiro de 1992.

A condução da política previdenciária pelo ente federativo deverá ser pautada pelas seguintes diretrizes que contribuem para a estruturação do regime previdenciário, assim como para a manutenção do equilíbrio financeiro e atuarial estabelecida pela Constituição Federal, conforme demonstrado:



2.1 PLANEJAMENTO GOVERNAMENTAL

O planejamento governamental da política previdenciária deve conter programa que contemple a previsão e o acompanhamento dos recursos destinados à execução de ação específica para equacionamento do déficit atuarial do regime previdenciário, caso apurado, uma vez que este representa programa de duração continuada, nos termos previstos pelo art. 165, § 1º, da Constituição Federal.

A redação dada pela Resolução TC 334, de 11 de dezembro de 2019, que modifica o escopo de análise de contas previsto pela Resolução TC 297/2016, prevê a necessidade de verificação da existência de programa/ações nos instrumentos de planejamento do ente contemplando o plano de amortização estabelecido em lei.

No entanto, considerando a existência de limitações em informações eletrônicas acerca dos instrumentos de planejamento disponíveis no sistema CidadES, este ponto de controle deverá ser objeto de análise nas próximas contas anuais.

2.2 UNIDADE GESTORA ÚNICA

A existência de mais de um Regime Próprio de Previdência Social para os servidores titulares de cargos efetivos ou mais de uma unidade gestora do respectivo regime em cada ente estatal ofende o art. 40, § 20, da Constituição Federal de 1988.



Art. 40. (...)

§ 20. Fica vedada a existência de mais de um regime próprio de previdência social para os servidores titulares de cargos efetivos, e de mais de uma unidade gestora do respectivo regime em cada ente estatal, ressalvado o disposto no art. 142, § 3º, X. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 41, 19.12.2003)

Registra-se que aposentadorias concedidas anteriormente à criação do RPPS, assim como as pensões delas decorrentes, constituem benefícios de natureza estatutária e, portanto, não devem estar abrangidas no conceito de unidade gestora única.

Em consulta à declaração da existência de pagamento de benefícios previdenciários diretamente pelo chefe do Poder Executivo (DECINAT), documento contido nas contas de governo do ente federativo, não foi identificada a existência de pagamentos diretamente pelo Tesouro municipal.

Com base na execução orçamentária dos órgãos e entidades públicas da Administração Pública municipal, encaminhada por meio do módulo 'PCM' do sistema CidadES, identificou-se pagamento de aposentadorias e pensões por parte das seguintes unidades gestoras:

Tabela 1) Pagamento de Benefícios Previdenciários e Assistenciais **Em R\$ 1,00**

Unidades Gestoras	Aposentadorias 3.1.90.01.xx	Pensões 3.1.90.03.xx	Total
032E0800001	2.853.587,41	526.936,88	3.380.524,29
Total	2.853.587,41	526.936,88	3.380.524,29

Fonte: Demonstrativo BALEXOD – PCM/2019.

Conforme disposto pelo art. 9º, § 2º, da EC 103, de 12 de novembro de 2019, o pagamento de outros benefícios assistenciais deve ser realizado diretamente pelo ente federativo, cabendo ao regime previdenciário apenas o pagamento de aposentadorias e pensões, circunstância que deverá ser observada nos próximos exercícios.

Em consulta ao módulo de “Folha de Pagamento” do sistema CidadES, não conta qualquer a ocorrência de pagamento direto de benefício previdenciário por parte do Tesouro do ente federativo.

Diante do exposto, depreende-se que o pagamento de benefícios previdenciários está atendendo à determinação constitucional, respeitando a unidade gestora única do Regime Próprio de Previdência Social.



3 GESTÃO PREVIDENCIÁRIA

O Regime Próprio dos Servidores Públicos do Município de Iconha foi instituído por meio da Lei Municipal 34, de 31 de janeiro de 1992. O rol de benefícios concedidos aos seus segurados está previsto no art. 6º da referida legislação, com redação dada pela Lei Municipal 158, de 11 de novembro de 1997, constituindo-se em:

Art. 6º. O Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Município de Iconha – IPASIC concederá, nos termos desta Lei, os seguintes benefícios:

I – quanto ao segurado

- a) Aposentadoria por invalidez;
- b) Aposentaria por idade;
- c) Aposentadoria por tempo de serviço;
- d) Aposentadoria especial;
- e) Auxílio-doença.

II – quanto ao dependente:

- a) Pensão por morte;
- b) Auxílio-reclusão.

Para custear tais despesas, por meio dos arts. 3º e 5º da Lei Municipal 34/1992, alterados pela Lei Municipal 958/2017, foram fixadas as seguintes alíquotas para o plano de custeio:

Art. 3º. A contribuição previdenciária de que trata o inciso III do art. 2º, em relação aos Segurados serão consignadas nas respectivas folhas de pagamento, sendo devida no percentual de 11% (onze por cento), incidentes sobre a totalidade da remuneração de contribuição.

(...)

Art. 5º. A contribuição previdenciária de que trata o inciso III do art. 2º, em relação ao Município e demais Órgãos a que estão subordinados os Segurados, nos termos do inciso I do art. 2º, será de 26,30% (vinte e seis vírgula trinta por cento), sendo 17,44% (dezessete vírgula quarenta e quatro por cento) de custo normal e 9,04% (nove vírgula quatro por cento) de custo suplementar incidentes sobre a totalidade da remuneração de contribuição.

(...)

As contribuições previdenciárias deverão ser repassadas ao RPPS até o dia 20 do mês subsequente, nos termos do § 1º do art. 32 da Lei Municipal 34/1992, com alterações promovidas pela Lei Municipal 722/2013.

As alíquotas de responsabilidade dos órgãos e entidades municipais, destinadas à cobertura do custeio normal, apresentam a seguinte evolução, conforme segue:



Tabela 2) Alíquotas Patronais Destinadas ao Custeio Normal do RPPS

Em R\$ 1,00

Histórico	Dispositivo Normativo	Alíquota
1	Art. 5º da Lei Municipal 34, de 31 de janeiro de 1992	10,00%
2	Art. 2º da Lei Municipal 462, de 22 de novembro de 2007	11,00%
3	Art. 1º da Lei Municipal 574, de 20 de novembro de 2009	13,64%
4	Art. 1º da Lei Municipal 587, de 30 de março de 2010	12,83%
5	Art. 1º da Lei Municipal 636, de 29 de março de 2011	13,02%
6	Art. 1º da Lei Municipal 697, de 24 de maio de 2012	14,09%
7	Art. 2º da Lei Municipal 929, de 23 de novembro de 2016	15,26%
8	Art. 3º da Lei Municipal 958, de 10 de maio de 2017	17,44%
9	Art. 1º da Lei Municipal 974, de 05 de julho de 2017	17,44%
10	Art. 2º da Lei Municipal 1.038, de 06 de julho de 2018	19,56%
11	Art. 2º da Lei Municipal 1.084, de 17 de maio de 2019	19,56%

Fonte: Legislação municipal e Demonstrativo RELCUST – PCA/2019.

Com base nos dados encaminhados por meio do Demonstrativo do Resultado da Avaliação Atuarial – DRAA, elaborou-se a evolução do quantitativo de beneficiários vinculados ao RPPS, conforme demonstrado:

Tabela 3) Quantitativo de Beneficiários Vinculados ao RPPS

Em R\$ 1,00

DRAA	2016	2017	2018	2019	2020
Data-base da avaliação	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2019
Servidores Ativos	359	356	364	350	334
Aposentados	69	77	89	99	112
Pensionistas	29	29	31	32	32
TOTAL	457	462	484	481	478

Fonte: DRAA – Sistema Cadprev/SPPREV/ME.

De acordo com o resultado da avaliação atuarial (DEMAAT), encaminhada em 2020, data-base: 31/12/2019, constata-se que a proporção de ativos/inativos está em **2,32**, significando um quadro crítico² para o Instituto de Previdência dos Servidores do Município de Iconha, segundo classificação de Nogueira (fls. 220/221)³.

² Os RPPS de cada grupo foram qualificados no que se refere **à relação existente entre o número total de servidores ativos e o número total de aposentados e pensionistas**, conforme as seguintes faixas de “Situação”:

a) Crítico (até 3,0): Para cada aposentado ou pensionista existem no máximo 3 servidores ativos. Um RPPS nessa situação possivelmente já apresenta um déficit financeiro, que está sendo suprido pela utilização de recursos do Ativo Líquido acumulado no passado ou por meio de aportes mensais repassados pelo Estado ou Município.

b) Preocupante (mais de 3,0 até 5,0): Para cada aposentado ou pensionista existem entre 3 e 5 servidores ativos. Talvez esse RPPS ainda não apresente déficit financeiro, mas a relação indica que brevemente a arrecadação das contribuições sobre a folha de pagamento dos servidores ativos se tornará insuficiente para o pagamento das aposentadorias e pensões.

c) Razoável (mais de 5,0 até 10,0): Para cada aposentado ou pensionista existem entre 5 e 10 servidores ativos. Situação intermediária, na qual o RPPS ainda manterá o seu superávit financeiro por algum tempo.

d) Confortável (mais de 10,0): Para cada aposentado ou pensionista existem mais de 10 servidores ativos. O RPPS manterá seu superávit financeiro por um período considerável, permitindo que seu Ativo Líquido continue tendo acumulação de recursos. [g.n]

³ NOGUEIRA, Naron Gutierrez. O equilíbrio financeiro e atuarial dos RPPS: de princípio constitucional a política pública de estado. Brasília: MPS, 2012. 336 pág.



3.1 EQUILÍBRIO FINANCEIRO

O equilíbrio financeiro decorre de disposições expressas do art. 40, *caput*, da Constituição Federal, do art. 69 da LRF, assim como do art. 1º da Lei Federal 9.717/1998, representando a garantia de equivalência entre as receitas auferidas e as obrigações assumidas pelo RPPS em cada exercício financeiro.

O ente federativo deve garantir a totalidade dos riscos cobertos no plano de benefícios, preservando o equilíbrio financeiro e atuarial do regime previdenciário, sendo responsável pela cobertura de insuficiências financeiras decorrentes do pagamento de obrigações, nos termos previstos no art. 2º da Lei Federal 9.717/1998.

3.1.1 Resultado Orçamentário do Regime de Previdência

O Regime Próprio de Previdência do município de Iconha apresentou o seguinte resultado orçamentário do exercício financeiro, conforme demonstrado:

Tabela 4) Balanço Orçamentário do RPPS

Em R\$ 1,00

RECEITAS	EXERCÍCIO	EXERCÍCIO ANTERIOR	DESPESAS	EXERCÍCIO	EXERCÍCIO ANTERIOR
Contribuições	4.188.420,27	4.564.601,98	Pessoal e Encargos	3.637.712,03	3.312.227,53
Patrimonial	0,00	0,00	Outras Desp. Correntes	125.855,05	84.034,99
Outras Rec. Correntes	535.081,41	50.109,06	Investimentos	0,00	6.685,25
Déficit	0,00	0,00	Superávit	960.414,60	1.212.254,28
TOTAL	4.723.981,68	4.615.202,05	TOTAL	4.723.981,68	4.615.202,05

Fonte: Demonstrativo BALORC – PCA/2019.

Em consulta aos Balanços Orçamentários do RPPS, observa-se o comportamento do resultado orçamentário dos últimos exercícios, conforme segue:

Tabela 5) Evolução do Resultado Orçamentário do RPPS

Em R\$ 1,00

Exercício	Resultado Orçamentário
2017	3.490.570,45
2018	1.212.254,28
2019	960.414,60

Fonte: Demonstrativo BALORC – PCA/2019; PCA/2018; PCA/2017.

Verifica-se que o resultado orçamentário do exercício de 2019 apresentou redução comparativamente aos resultados dos exercícios anteriores, apesar da manutenção do resultado orçamentário positivo.



3.1.2 Resultado Financeiro do Regime de Previdência

No exercício em análise, observa-se que as receitas correntes, deduzida a receita com remuneração de investimentos, assim como a receita para amortização do déficit atuarial, foram suficientes para o pagamento de benefícios previdenciários e despesas administrativas do RPPS.

Tabela 6) Equilíbrio Financeiro do Fundo Previdenciário **Em R\$ 1,00**

Análise financeira do RPPS	
(+) Receita Orçamentária	4.723.981,68
(+) Transferências Financeiras Recebidas	346.000,00
(-) Receita para Amortização do Déficit Atuarial (Aporte Atuarial)	-478.700,67
(-) Receita para Amortização do Déficit Atuarial (Alíquota Suplementar)	-820.186,16
(-) Transferências Financeiras Concedidas	0,00
(-) Despesas Empenhadas	-3.763.567,08
(=) Suficiência Financeira	7.527,77

Fonte: Demonstrativo BALFIN, BALORC e DEMREC (Proc. TC-04742/2020-1) – PCA/2019.

Depreende-se que o Regime Próprio de Previdência foi capaz de manter o equilíbrio financeiro em suas operações, resguardando o rendimento de aplicações financeiras e as receitas destinadas à amortização do déficit atuarial do RPPS.

3.1.3 Aportes para Cobertura de Insuficiência Financeira

O aporte concedido para a cobertura de insuficiência financeira do Fundo Previdenciário resultou no seguinte dispêndio em sua origem e arrecadação em seu destino, conforme transferências financeiras registradas:

Tabela 7) Transferências Financeiras **Em R\$ 1,00**

UNIDADES GESTORAS	ENTE	FP
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	20.478.012,54	346.000,00
Transferências Recebidas para a Execução Orçamentária	19.786.012,54	0,00
Transferências Recebidas Independentes de Execução Orçamentária	0,00	0,00
Transferências Recebidas para Aportes de Recursos para o RPPS	692.000,00	346.000,00
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS	20.478.012,54	0,00
Transferências Concedidas para a Execução Orçamentária	19.786.012,54	0,00
Transferências Concedidas Independentes de Execução Orçamentária	0,00	0,00
Transferências Concedidas para Aportes de Recursos para o RPPS	692.000,00	0,00

Fonte: Demonstrativo BALFIN – PCA/2019.

Em consulta ao Balanço Financeiro, observa-se o comportamento dos aportes recebidos para a cobertura de insuficiência financeira do Fundo Previdenciário nos últimos exercícios, conforme segue:



Tabela 8) Aportes para Cobertura de Insuficiência Financeira do FP/RPPS Em R\$ 1,00

Exercício	Aporte Financeiro	RCL	Proporção
2017	0,00	43.668.469,69	0,00%
2018	0,00	46.952.473,43	0,00%
2019	346.000,00	50.789.799,59	0,68%

Fonte: Demonstrativo BALFIN – PCA/2019; PCA/2018; PCA/2017.

Identificou-se o início de repasse de aporte financeiro ao RPPS, no exercício de 2019, apresentando baixa representatividade em relação à Receita Corrente Líquida auferida pelo município de Iconha.

3.1.4 Acumulação de Reservas para Capitalização do Regime de Previdência

Da análise dos dados abaixo, constata-se que a unidade gestora possui capacidade de formação de reserva, tendo contribuído com um valor adicional de R\$ 7.527,77.

Tabela 9) Capacidade de Formação de Reservas Em R\$ 1,00

Formação de Reservas	
(=) Saldo do Exercício Anterior	29.019.823,30
(+) Rendimentos das Aplicações Financeiras	6.027.341,78
(-) VPD Financeiras	-923.722,19
(+) Receita para Amortização do Déficit Atuarial (Aporte Atuarial)	478.700,67
(+) Receita para Amortização do Déficit Atuarial (Alíquota Suplementar)	820.186,16
(=) Saldo que deveria existir para Equacionamento do Déficit Atuarial	35.422.329,72
(=) Saldo de Aplicações Financeiras existentes	35.429.857,49
(=) Variação das Reservas do RPPS	7.527,77

Fonte: Demonstrativos BALPAT, DEMREC e DEMVAP (Proc. TC-04742/2020-1) – PCA/2019.

Desta forma, verifica-se que a situação financeira do Instituto de Previdência dos Servidores do Município de Iconha, no exercício de 2019, apresentou-se equilibrada, com recursos suficientes para arcar com o pagamento de benefícios previdenciários, possibilitando a formação de reservas, ainda que necessária à cobertura de déficit atuarial por meio de plano de amortização.

A capacidade de formação de reservas do RPPS apresentou os seguintes resultados nos últimos exercícios financeiros, conforme demonstrado:

Tabela 10) Evolução da Capacidade de Formação de Reservas do RPPS Em R\$ 1,00

Exercício	Resultado
2017	25.476.296,44
2018	29.019.823,30
2019	35.429.857,49

Fonte: Demonstrativo BALPAT – PCA/2019.



Em análise às contas anuais apresentadas pelo Regime Próprio de Previdência, não foram identificados indicativos de irregularidade, relacionados ao recolhimento de contribuições previdenciárias e parcelamentos, capazes de ocasionar impacto negativo no equilíbrio financeiro do RPPS.

3.1.5 Adimplência de Contribuições Previdenciárias e Parcelamentos

Com base nas peças que integram a PCA do RPPS, foram avaliados os recolhimentos de valores devidos em contribuições previdenciárias, a título de obrigações patronais devidas pelos órgãos e entidades municipais, bem como obrigações retidas dos servidores e recolhidas para o regime previdenciário.

Tabela 11) Receita de Contribuições Devidas ao RPPS (competência) Em R\$ 1,00

Órgãos		Contribuição do Servidor	Contribuição Aposentado Pensionista	Contribuição Patronal	Contribuição Suplementar	Total
UG / CNPJ	Descrição					
032E0700001	Prefeitura Municipal de Iconha	706.637,80	0,00	1.272.089,65	545.969,21	2.524.696,66
032E0500001	Fundo Municipal de Saúde de Iconha	248.467,77	0,00	451.221,95	194.959,77	894.649,49
032E0100002	Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Iconha	31.544,41	0,00	56.092,05	23.319,41	110.955,87
032L0200001	Câmara Municipal de Iconha	60.219,77	0,00	109.314,06	45.819,98	215.353,81
032E0800001	Instituto de Previdência dos Servidores do Município de Iconha	25.409,06	6.335,25	18.230,93	7.261,60	57.236,84
056E0700001	Prefeitura Municipal de Piúma	1.091,51	0,00	1.942,44	1.034,99	4.068,94
007E0700001	Prefeitura Municipal de Anchieta	2.577,09	0,00	4.587,53	1.821,20	8.985,82
Total		1.075.947,41	6.335,25	1.913.478,61	820.186,16	3.815.947,43

Fonte: Demonstrativo DEMREC (Proc. TC-04742/2020-1) – PCA/2019

Tabela 12) Receita de Contribuições Recolhidas ao RPPS Em R\$ 1,00

Órgãos		Contribuição do Servidor	Contribuição Aposentado Pensionista	Contribuição Patronal	Contribuição Suplementar	Total
UG / CNPJ	Descrição					
032E0700001	Prefeitura Municipal de Iconha	706.637,80	0,00	1.272.089,65	545.969,21	2.524.696,66
032E0500001	Fundo Municipal de Saúde de Iconha	248.467,77	0,00	451.221,95	194.959,77	894.649,49
032E0100002	Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Iconha	31.544,41	0,00	56.092,05	23.319,41	110.955,87
032L0200001	Câmara Municipal de Iconha	60.219,77	0,00	109.314,06	45.819,98	215.353,81
032E0800001	Instituto de Previdência dos Servidores do Município de Iconha	25.409,06	6.335,25	18.230,93	7.261,60	57.236,84
056E0700001	Prefeitura Municipal de Piúma	899,11	0,00	1.942,44	1.034,99	3.876,54
007E0700001	Prefeitura Municipal de Anchieta	2.375,44	0,00	4.228,97	1.821,20	8.425,61
Total		1.075.553,36	6.335,25	1.913.120,05	820.186,16	3.815.194,82

Fonte: Demonstrativo DEMREC (Proc. TC-04742/2020-1) – PCA/2019



Considerando as contribuições previdenciárias recolhidas por cada órgão e entidade com vínculo ao regime previdenciário, promoveu-se o confronto entre os valores devidos e efetivamente arrecadados, possibilitando a identificação de débitos não repassados:

Tabela 13) Receita de Contribuições não Recolhidas ao RPPS

Em R\$ 1,00

Órgãos		Contribuição do Servidor	Contribuição Aposentado Pensionista	Contribuição Patronal	Contribuição Suplementar	Total
UG / CNPJ	Descrição					
032E0700001	Prefeitura Municipal de Iconha	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
032E0500001	Fundo Municipal de Saúde de Iconha	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
032E0100002	Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Iconha	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
032L0200001	Câmara Municipal de Iconha	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
032E0800001	Instituto de Previdência dos Servidores do Município de Iconha	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
056E0700001	Prefeitura Municipal de Piúma	-192,40	0,00	0,00	0,00	-192,40
007E0700001	Prefeitura Municipal de Anchieta	-201,65	0,00	-358,56	0,00	-560,21
Total		-394,05	0,00	-358,56	0,00	-752,61

Obs.: Evidencia a diferença entre as contribuições devidas e recolhidas.

Fonte: Demonstrativo DEMREC (Proc. TC-04742/2020-1) – PCA/2019.

Portanto, conclui-se pela ocorrência de recolhimento integral das contribuições previdenciárias devidas ao RPPS, com variações restritas às contribuições devidas em dezembro do exercício anterior, possibilitando o registro dos créditos a receber.

Também foram analisadas as informações disponibilizadas pela Secretaria de Previdência do Ministério da Economia⁴, com dados atualizados até o dia 27 de agosto de 2019, oportunidade em que foram identificados parcelamentos de débitos previdenciários junto ao RPPS.

Trata-se da existência de 02 acordos de parcelamento firmados junto ao RPPS, referente aos termos de parcelamento 00069/2008 e 00149/2010, classificados como antigos e devidamente quitados.

Com relação aos parcelamentos de créditos previdenciários, evidenciou-se a antecipação de parcelas, conforme informações extraídas do relatório detalhado dos parcelamentos firmados (RELPAR), assim como por meio da declaração de quitação (DELQUIT).

⁴ Disponível em: <https://cadprev.previdencia.gov.br/Cadprev/Acesso> em: 19/02/2021.



Diante do exposto, considerando as antecipações de parcelamentos firmados com o RPPS, ocorridas em 2018 e 2019, situação identificada junto ao sistema Cadprev, conclui-se pela ausência de parcelamentos firmados ao longo do exercício financeiro, regularizando-se os então existentes.

3.2 EQUILÍBRIO ATUARIAL

Segundo o art. 40 da Constituição Federal, o **equilíbrio financeiro e atuarial** constitui um princípio para o ente federativo que institui o Regime Próprio de Previdência, assim como **um pilar de sustentabilidade da gestão fiscal responsável**, tendo em vista que eventual desequilíbrio pode comprometer suas finanças públicas.

A mensuração do equilíbrio financeiro e atuarial do RPPS se faz por meio de estudo técnico denominado **avaliação atuarial**, baseado nas características biométricas, demográficas e econômicas da população analisada, com o objetivo principal de estabelecer, de forma suficiente e adequada, os recursos necessários para a garantia dos pagamentos dos benefícios previstos pelo plano previdenciário. Seu papel é **avaliar o plano de custeio do RPPS** para que se mantenha equilibrado, garantindo-se a continuidade do pagamento de benefícios, exigência essa prevista no art. 1º, inc. I, da Lei Federal 9.717/1998.

3.2.1 Avaliação Atuarial do Exercício

Segundo a Previdência Social, as reavaliações atuariais anuais devem apurar a situação financeira e atuarial do Regime Próprio de Previdência, avaliando a adequação da base de dados e das hipóteses utilizadas, com objetivo de apontar as medidas para a busca e manutenção do equilíbrio financeiro e atuarial.

Em consulta à legislação municipal, observa-se que o município de Iconha não instituiu a segregação da massa no RPPS, conforme se verifica das informações encaminhadas através do estudo de avaliação atuarial (DEMAAT).

Nos termos do parecer conclusivo do atuário, o RPPS apresentou saldo em ativos do Plano Previdenciário em montante inferior às provisões matemáticas previdenciárias, desequilíbrio atuarial, não observando princípio basilar dos RPPS.



Tabela 14) Apuração do Resultado Atuarial

Em R\$ 1,00

RESULTADO ATUARIAL DO PLANO PREVIDENCIÁRIO	
(–) Provisões Mat. De Benefícios Concedidos (PMBC)	(41.430.390,82)
(–) Provisões Mat. De Benefícios a conceder (PMBac)	(49.288.242,46)
(+) Total de ativos do RPPS	34.769.299,42
RESULTADO ATUARIAL = DÉFICIT ATUARIAL	(55.949.333,86)
(+) Plano de amortização	43.368.133,74
COBERTURA DO PLANO DE AMORTIZAÇÃO	(12.581.200,12)

Fonte: Demonstrativo DEMAAT, data da avaliação: 31/12/2019 e data-base: 31/12/2019 – PCA/2019.

Assim, com base na avaliação atuarial (DEMAAT), verifica-se que o Instituto de Previdência dos Servidores do Município de Iconha não possui equilíbrio atuarial, visto que seus ativos não são suficientes para a cobertura das provisões matemáticas previdenciárias. Além disso, depreende-se que o plano de amortização deverá ser revisado com o objetivo de promover o equilíbrio atuarial, tendo em vista a atual incapacidade de cobertura do déficit.

3.2.2 Evolução das Avaliações Atuariais

Com base nos dados encaminhados por meio do Demonstrativo do Resultado da Avaliação Atuarial – DRAA, buscou-se evidenciar a evolução das provisões matemáticas com o objetivo de acompanhar o resultado atuarial do regime previdenciário, desconsiderando-se o plano de amortização instituído pelo ente.

Tabela 15) Evolução das Avaliações Atuariais

Em R\$ 1,00

DRAA	2016	2017	2018	2019	2020
Data base	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2019
a) Ativos - PP	17.755.913,64	22.187.748,00	25.666.881,28	29.189.460,30	34.769.299,42
b) Prov. Mat.	(47.018.886,28)	(51.439.677,71)	(64.079.794,87)	(73.465.412,55)	(90.718.633,28)
Cobertura ⁵ = a/b	0,3776	0,4313	0,4005	0,3973	0,3833
Resultado = a-b	(29.262.972,64)	(29.251.929,71)	(38.412.913,59)	(44.275.952,25)	(55.949.333,86)
Evolução (%)	-	100%	131%	115%	126%
Método de Finan.	PUC	PUC	PUC	PUC	PUC
Atuário	Thiago Fernandes	Thiago Fernandes	Thiago Fernandes	Thiago Fernandes	Richard Dutzmann

Fonte: Demonstrativo DRAA – Sistema Cadprev.

As provisões matemáticas apresentam uma evolução superior ao acúmulo de ativos, em decorrência de elevação do passivo atuarial, resultando em crescimento da necessidade de cobertura do déficit atuarial por meio de plano de amortização.

⁵ Art. 2º, inc. XXII, da Portaria MPS 403/2008: “Índice de Cobertura: relação entre o Ativo Real Líquido e a Reserva Matemática Previdenciária calculada pelo Método de Crédito Unitário Projetado”.



Importante registrar que o IPASIC encontra-se em processo de descapitalização, visto que 2018 possuía cobertura de 39,73% de ativos sobre passivos previdenciários, mas em 2019 sua cobertura reduziu-se para apenas 38,33% do indicador. A evolução de ativos e passivos previdenciários requer acompanhamento por meio de plano para identificação, controle e tratamento de riscos atuariais com vistas à identificação de eventuais distorções prejudiciais ao equilíbrio de longo prazo do regime previdenciário.

3.2.3 Implementação e Efetividade do Plano de Amortização

De acordo com a Portaria MPS 464/2018, caso a avaliação atuarial de encerramento de exercício apure **déficit atuarial**, deverão ser adotadas medidas para o seu equacionamento, abrangendo instituição de plano de amortização, segregação da massa e outras medidas complementares.

O ente federativo deverá optar por uma das espécies de planos de amortização definidas na instrução normativa mencionada da Secretaria de Previdência, devendo constar, do Relatório da Avaliação Atuarial, em caso de modificação da modelagem adotada, a justificativa técnica para a alteração, com a demonstração dos seus impactos para o nível de solvência do RPPS.

Art. 54. Para assegurar o equilíbrio financeiro e atuarial do RPPS, o plano de amortização estabelecido em lei do ente federativo deverá observar os seguintes critérios, além daqueles previstos no art. 48:

I - garantir a solvência e liquidez do plano de benefícios, mantendo nível de arrecadação de contribuições e acumulação de reservas compatível com as suas obrigações futuras, a serem demonstrados por meio dos fluxos atuariais de que trata o art. 10;

II - que o montante de contribuição no exercício, na forma de alíquotas ou aportes, seja superior ao montante anual de juros do saldo do déficit atuarial do exercício;

III - que seja adotado plano que proporcione menor custo total, compatível com a capacidade orçamentária, financeira e fiscal do ente federativo;

IV - não poderá prever diferimento para início da exigibilidade das contribuições; e

V - contemplar as alíquotas e valores dos aportes para todo o período do plano.

(...)

§ 3º Para atendimento ao requisito previsto no inciso V do caput, a lei que instituir ou alterar plano de amortização deverá identificar todas as alíquotas e aportes e respectivos períodos de exigência por meio de tabela, além de conter os prazos para repasse na forma do inciso I do art. 50, não se admitindo a simples menção a percentuais e a outros aspectos constantes da avaliação atuarial respectiva.



Como forma de equacionamento do déficit atuarial, o ente federativo adotou plano de amortização por meio de alíquota suplementar crescente, estabelecido inicialmente através da Lei Municipal 574, de 20 de novembro de 2009.

Tabela 16) Evolução dos Planos de Amortização do Déficit Atuarial do RPPS Em R\$ 1,00

Histórico	Dispositivo Normativo	Modelo
1	Lei Municipal 574, de 20 de novembro de 2009	Alíquota suplementar fixa (6,83%)
2	Lei Municipal 587, de 30 de março de 2010	Alíquota suplementar fixa (5,85%)
3	Lei Municipal 636, de 29 de março de 2011	Alíquota suplementar fixa (7,40%)
4	Lei Municipal 697, de 24 de maio de 2012	Alíquota suplementar fixa (8,06%)
5	Lei Municipal 757, de 14 de agosto de 2013	Alíquota suplementar fixa (10,60%)
6	Lei Municipal 826, de 10 de julho de 2014	Alíquota suplementar fixa (11,67%)
7	Lei Municipal 910, de 21 de dezembro de 2015	Alíquota suplementar fixa (7,50%)
8	Lei Municipal 929, de 23 de novembro de 2016	Alíquota suplementar crescente
9	Lei Municipal 958, de 10 de maio de 2017	Alíquota suplementar crescente
10	Lei Municipal 1.084, de 17 de maio de 2019	Aportes atuariais crescentes

Fonte: Legislação municipal.

Ao longo do exercício de competência da PCA/2019, o plano de amortização foi regido pela Lei Municipal 958/2017, que estabeleceu a alíquota suplementar de 12,77% da base de cálculo das contribuições previdenciárias, conforme demonstrado:

Tabela 17) Alíquotas Suplementares para Amortização do Déficit Atuarial Em R\$ 1,00

Exercício	Lei 697/2012	Lei 757/2013	Lei 826/2014	Lei 910/2015	Lei 929/2016	Lei 958/2017	Lei 1084/19
2016	8,06%	10,60%	11,67%	7,50%	7,50%	-	-
2017	8,06%	10,60%	11,67%	7,50%	9,04%	9,04%	-
2018	8,06%	10,60%	11,67%	7,50%	10,91%	10,91%	-
2019	8,06%	10,60%	11,67%	7,50%	12,77%	12,77%	1.285.552,69
2020	8,06%	10,60%	11,67%	7,50%	14,64%	14,64%	1.524.129,92
2021	8,06%	10,60%	11,67%	7,50%	16,51%	16,51%	1.767.350,15
2022	8,06%	10,60%	11,67%	7,50%	18,38%	18,38%	2.015.282,37
2023	8,06%	10,60%	11,67%	7,50%	20,24%	20,24%	2.267.996,49
2024	8,06%	10,60%	11,67%	7,50%	22,11%	22,11%	2.525.563,38
2025	8,06%	10,60%	11,67%	7,50%	23,98%	23,98%	2.788.054,80
2026	8,06%	10,60%	11,67%	7,50%	25,85%	25,85%	3.055.543,49
2027	8,06%	10,60%	11,67%	7,50%	27,71%	27,71%	3.328.103,15
2028	8,06%	10,60%	11,67%	7,50%	29,58%	29,58%	3.605.808,45
2029	8,06%	10,60%	11,67%	7,50%	31,45%	31,45%	3.888.735,04
2030	8,06%	10,60%	11,67%	7,50%	33,31%	33,31%	4.176.959,58
2031	8,06%	10,60%	11,67%	7,50%	35,18%	35,18%	4.470.559,75
2032	8,06%	10,60%	11,67%	7,50%	37,05%	37,05%	4.769.614,22
2033	8,06%	10,60%	11,67%	7,50%	37,05%	37,05%	4.817.310,36
2034	8,06%	10,60%	11,67%	7,50%	37,05%	37,05%	4.865.483,46
2035	8,06%	10,60%	11,67%	7,50%	37,05%	37,05%	4.914.138,30
2036	8,06%	10,60%	11,67%	7,50%	37,05%	37,05%	4.963.279,68
2037	8,06%	10,60%	11,67%	7,50%	37,05%	37,05%	5.012.912,48
2038	8,06%	10,60%	11,67%	7,50%	37,05%	37,05%	5.063.041,60
2039	8,06%	10,60%	11,67%	7,50%	37,05%	37,05%	5.113.672,02
2040	8,06%	10,60%	11,67%	7,50%	37,05%	37,05%	5.164.808,74
2041	8,06%	10,60%	11,67%	7,50%	37,05%	37,05%	5.216.456,83
2042	8,06%	10,60%	11,67%	7,50%	37,05%	37,05%	5.268.621,39

Fonte: Legislação municipal.



Registra-se a ocorrência de modificação do plano de amortização do déficit atuarial, por meio da Lei Municipal 1.084/2019, adotando-se modelo baseado em aportes atuariais crescentes, conforme sugestão extraída da reavaliação atuarial anual (DEMAAT), disponível na PCA/2018 (Processo TC-14.707/2019-7).

Registra-se que o atual plano de amortização para equacionamento do déficit atuarial foi considerado insuficiente pelo resultado da avaliação atuarial anual (DEMAAT), com data base posicionada em 31/12/2019, situação que exigirá uma revisão do plano de custeio, medida a ser adotada no exercício imediatamente subsequente.

A necessidade de revisões sucessivas de planos de amortização, conforme demonstrado pela tabela 16, sugere fragilidade nos estudos atuariais elaborados pelo IPASIC. Essa situação deve ser avaliada para identificação dos motivos envolvidos.

Constata-se que para o equacionamento do déficit técnico atuarial do RPPS, por intermédio da Lei Municipal 958/2017, a adoção de alíquota suplementar resultou na seguinte arrecadação:

Tabela 18) Recebimento de Recursos para Amortização do Déficit Atuarial Em R\$ 1,00

Conta Contábil	Descrição	Valores
4.2.1.1.2.03.00	Contr. Previd. p/ Amortiz. do Déficit Atuarial	820.186,16
4.5.1.3.2.02.02	Recursos para Cobertura de Déficit Atuarial – Aportes Periódicos	249.241,58
4.5.1.3.2.02.05	Recursos para Cob. de Déficit Atuarial – Alíquota Suplementar	206.309,11
Total		1.275.736,85

Fonte: Demonstrativo BALVERF (Proc. TC-04742/2020-1) – PCA/2019.

Em contrapartida, o ente federativo registrou a seguinte execução orçamentária relacionada ao pagamento do plano de amortização do déficit atuarial do RPPS:

Tabela 19) Execução Orçamentária para Amortização do Déficit Atuarial Em R\$ 1,00

Unidades Gestoras	Alíq.Suplem. Ativo PP 3.1.91.13.20	Alíq.Suplem. Inativo PP 3.1.91.13.21	Alíq.Suplem. Ativo PF 3.1.91.13.22	Alíq.Suplem. Inativo PF 3.1.91.13.23	Aporte Cobert. Déficit Atuarial 3.3.91.97.00	Total
032E0100002	13.908,84	0,00	0,00	0,00	15.438,52	29.347,36
032E0500001	194.960,07	0,00	0,00	0,00	0,00	194.960,07
032E0700001	545.969,24	0,00	0,00	0,00	440.112,17	986.081,41
032L0200001	41.819,19	0,00	0,00	0,00	23.149,98	64.969,17
032E0800001	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	796.657,34	0,00	0,00	0,00	478.700,67	1.275.358,01

Fonte: Demonstrativo BALEXOD – PCM/2019.

Portanto, depreende-se pela existência de proporcionalidade entre o registro de contribuições suplementares, por parte do órgão gestor do RPPS, e o respectivo repasse pelos demais órgãos transferidores.



Com relação à efetividade do plano de amortização, verifica-se que o art. 54 da Portaria MF 464/2018 dispõe acerca da efetividade do plano adotado. Contudo, em dezembro de 2018, a Secretaria de Previdência ligada ao Ministério da Fazenda publicou a IN SPREV 07/2018 que trata acerca dos planos de amortização dos regimes próprios de previdência social (RPPS). O art. 9º da IN regulou os prazos de implementação das regras estabelecidas no art. 54, II, da Portaria MF 464/2018:

Art. 9º A aplicação do critério previsto no inciso II do art. 54 da Portaria MF nº 464, de 2018, deverá ser demonstrada no DRAA, por meio das informações da composição do pagamento relativas ao plano de amortização.

Parágrafo único. A adequação do plano de amortização ao disposto no inciso II do art. 54 da Portaria MF nº 464, de 2018, poderá ser promovida gradualmente, com a elevação das contribuições suplementares, a partir do exercício de 2021, na forma de alíquotas ou aportes, à razão de um terço do necessário a cada ano, até atingir o valor que atenda a esse critério em 2023.

Com isso, a verificação do cumprimento da efetividade do plano de amortização somente seria exigível a partir do exercício de 2021, à razão de um terço ao ano, até a exigência de cumprimento total desse critério a partir do exercício de 2023.

4 REGULARIDADE PREVIDENCIÁRIA

O Certificado de Regularidade Previdenciária - CRP representa um documento, fornecido pela Secretaria de Previdência, que atesta, por parte do regime próprio de previdência, o cumprimento de exigências previstas na Lei Federal 9.717/1998.

Conforme previsão do art. 7º da Lei Federal 9.717/2010, a regularidade na emissão do CRP constitui requisito para: realização de transferências voluntárias de recursos pela União; celebração de acordos, contratos, convênios ou ajustes; concessão de empréstimos, financiamentos, avais e subvenções em geral de órgãos ou entidades da Administração direta e indireta da União; liberação de recursos de empréstimos e financiamentos por instituições financeiras federais.

Em consulta ao portal eletrônico da Secretaria de Previdência do Ministério da Economia, constata-se que o último CRP válido, atestando a regularidade junto às obrigações previstas na Lei Federal 9.717/1998, encontra-se válido até 02/03/2021.

Além disso, importante registrar que o CRP do município de Iconha esteve válido ao longo de todo o exercício de competência da PCA/2019.



5 CONCLUSÃO E PROPOSTA DE ENCAMINHAMENTO

As contas anuais ora avaliadas refletem a conduta do Sr. **João Paganini**, no exercício de suas atribuições como prefeito municipal de Iconha, referente à condução da política previdenciária no exercício de 2019.

Respeitado o escopo delimitado pela Resolução TC 297/2016, a análise consignada neste Relatório Técnico teve por base as informações apresentadas nas peças e demonstrativos contábeis encaminhados pelo gestor responsável, nos termos da Instrução Normativa TC 43/2017, nos processos de prestação de contas dos demais órgãos do município de Iconha, do exercício de 2019, assim como dos exercícios anteriores, e nos demonstrativos consultados no endereço eletrônico da Secretaria de Previdência do Ministério da Economia.

Sob o aspecto técnico-contábil, opina-se pela emissão de parecer prévio pela aprovação das contas do Sr. **João Paganini**, referentes ao exercício de 2019, na forma do art. 80 da Lei Complementar Estadual 621/2012.

Vitória – E.S., 03 de março de 2021.

(documento assinado digitalmente)

Miguel Burnier Ulhôa
Auditor de Controle Externo
Matrícula: 203.637